

Transmissora
Jose Maria de
Macedo de
Eletricidade S.A.

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias em 31 de
dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias	11



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. para cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo Imobilizado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias

Veja as Notas Explicativas 8 e 11 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Principal assunto de auditoria

A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2018 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias, o montante de R\$ 1.486.150 referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção, A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais de depreciação são determinadas pelo órgão regulador. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado como assunto significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2018, efetuamos testes em bases documentais e, confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos o recálculo da depreciação com base nas vidas úteis estimadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), confrontando o resultado do referido recálculo com os saldos contábeis. Por fim, obtivemos a análise da Companhia sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), e, avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes.

Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos a mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

A Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de abril de 2019.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante,

devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Transmissora Jose Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	85.071	67.039	Fornecedores	12	17.615	28.389
Concessionarias e permissionarias	10	23.598	-	Empréstimos e financiamentos	13	45.777	604.919
Impostos a recuperar		3.509	1.017	Obrigações sociais e trabalhistas		-	467
Outras contas a receber		441	58	Obrigações fiscais		4.954	6.210
Partes relacionadas	15	334	-	Taxas regulamentares		677	-
Despesas Pagas antecipadamente		435	2	Partes relacionadas	15	23.546	86.813
		<u>113.388</u>	<u>68.116</u>	Provisões		-	37.420
						<u>92.569</u>	<u>764.218</u>
				Não Circulante			
				Empréstimos e Financiamentos	13	<u>1.017.278</u>	<u>-</u>
						1.017.278	-
Não Circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	11	1.486.150	1.140.658	Capital Social	14	476.001	450.001
Intangível	11	<u>4.085</u>	<u>1.009</u>	Reserva de Lucros		133.728	21.305
		<u>1.490.235</u>	<u>1.141.667</u>	Lucros acumulados		- 115.953	- 25.741
						<u>493.776</u>	<u>445.565</u>
				Total Patrimônio líquido			
						<u>493.776</u>	<u>445.565</u>
Total do Ativo		<u><u>1.603.623</u></u>	<u><u>1.209.783</u></u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u><u>1.603.623</u></u>	<u><u>1.209.783</u></u>
		-	-				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Jose Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida		113.347	0
Resultado antes dos custos gerenciáveis		113.347	0
Custos gerenciáveis parcela "B"	16		
Outros		-	-
Pessoal		(719)	(1.748)
Material		(51)	(65)
Serviços de terceiros		(13.587)	(442)
Alugueis		(265)	(487)
Outras despesas		(1.254)	(17)
Despesas com depreciação		(26.267)	-
		<u>(42.143)</u>	<u>(2.759)</u>
Resultado da atividade de concessão		71.204	(2.759)
Resultado Financeiro	17		
Receitas financeiras		8.572	-
Despesas Financeiras		(57.564)	-
		<u>(48.992)</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		22.212	(2.759)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>22.212</u>	<u>(2.759)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Jose Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucros (Prejuízos) líquido do exercício	22.212	(2.759)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>22.212</u>	<u>(2.759)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Jose Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de Lucros		Prejuízos/ Lucros acumulados	Total	
		Capital social	Reserva Legal			Reserva de lucro a realizar
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>1</u>	-	-	(1.677)	(1.676)
Integralização de Capital		450.000	-	-	-	450.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	(2.759)	(2.759)
Destinação de lucros á						-
Reserva legal		-	1.065	-	(1.065)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	20.240	(20.240)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>450.001</u>	<u>1.065</u>	<u>20.240</u>	<u>(25.741)</u>	<u>445.565</u>
Integralização de Capital		26.000	-	-	-	26.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.212	22.212
Destinação de lucros á						-
Reserva legal		-	5.621	-	(5.621)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	106.803	(106.803)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>476.001</u>	<u>6.686</u>	<u>127.043</u>	<u>(115.953)</u>	<u>493.777</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Jose Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	22.212	(2.759)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	26.267	-
Provisões	(20.364)	(4.221)
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	82.759	39.712
	<u>110.874</u>	<u>32.732</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento de clientes	(23.598)	-
Aumento (redução) de Partes relacionadas (Reclassificado)	(63.601)	60.907
Aumento outras contas a receber	(551)	(4)
Redução (aumento) em tributos a recuperar	(2.492)	(967)
Aumento (redução) em despesas antecipadas	(435)	(2)
Aumento em obrigações sociais e trabalhistas	(467)	423
Aumento em fornecedores	(27.830)	23.434
Aumento em obrigações fiscais	(1.256)	4.090
Aumento taxas regulamentares	676	-
	<u>(119.554)</u>	<u>87.881</u>
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	<u>(8.680)</u>	<u>120.613</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado	(371.759)	(938.311)
Aquisições de intangível	(3.076)	(752)
	<u>(374.835)</u>	<u>(939.063)</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(374.835)</u>	<u>(939.063)</u>
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital, líquido	26.000	450.000
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.395.000	528.000
Pagamentos de principal de empréstimo e financiamentos	(952.632)	(75.000)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(66.990)	(51.702)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	<u>401.378</u>	<u>851.298</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>17.863</u>	<u>32.848</u>
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	84.902	67.039
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	<u>67.039</u>	<u>34.191</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>17.863</u>	<u>32.848</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Transmissora Jose Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Companhia”), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A companhia conta com aportes que serão realizados pelos acionistas para honrar seus compromissos financeiros e conseqüentemente para a conclusão do projeto. Tais aportes estão respaldados nas obrigações contidas no Acordo de Acionistas.

2 Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;
- SE 500/230/13,8 kV Ourolândia II;
- LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 357 km;
- LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 128 km;
- LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, 157 km;
- Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Ourolândia II, 22 km cada;
- LT 500 kV Ourolândia - Morro do Chapéu II, 125 km e
- LT 230 kV Igarorã III - Pindaí II, 50 km.

Atualmente, por conta de uma emissão de Licença de Instalação em seu menor trecho, no qual corresponde a 1,75% de sua Receita Anual Permitida (RAP) - LT 230kv Igaporã III - Pindaí II, 50km, se encontra em fase pré-operacional.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 144.601 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11º da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

3 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

4 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de abril de 2018.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias.

b. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

c. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia

7 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a. Reconhecimento da receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

b. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva.

c. Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Em 31 de dezembro de 2018 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam a conta concessionárias e permissionárias e é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme **CPC 48 / IFRS 9**.

d. Redução ao valor recuperável (Impairment)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

f. Títulos e valores mobiliários

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata.

g. Concessionárias e Permissionárias

Referem-se aos créditos faturado aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo de financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços.

h. Tributação e encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS às alíquotas de 1,65% e 7,60%;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2018 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como risco provável de perda.

k. Imobilizado

(i) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência do contrato operado pela Companhia. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(ii) Imobilizado em curso

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

l. Intangível

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	170	4
Bancos	17.271	1.167
Aplicações Financeiras	67.630	65.869
	85.071	67.039

As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 96,0% a 100,1% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
Caixa Econômica	CDB	98,2% CDB	-	65.869
Banco Santander	CDB	100,1% CDI	26.094	-
Banco Bradesco	CDB	96,0% CDI	41.536	-
			67.630	65.869

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio certificado de depósito bancário e a remuneração é atrelada à taxa CDI.

10 Concessionárias e permissionárias

Descrição	Corrente a Vencer		Corrente Vencida				Provisão para Devedores Duvidosos	Saldo em 2018
	até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Fornecimento de Energia								
Clientes Transmissão	23.289	-	242	67	-	-	-	23.598
Total	23.289	-	242	67	-	-	-	23.598

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

11 Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado - RS Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	-	-	-	2.788	2.788	2.788	-	2.788	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	26.687	26.687	26.687	(641)	26.046	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	1.318.749	1.318.749	1.318.749	(25.626)	1.293.123	-
Subtotal	-	-	-	1.348.224	1.348.224	1.348.224	(26.267)	1.321.957	-
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos / desapropriações	2.390	538	-	(2.788)	140	(2.250)	-	140	2.390
A Ratear									
Pessoal	2.617	1.152	-	(3.345)	424	(2.193)	-	424	2.617
Materiais	239.873	(5.615)	-	(269.680)	(35.422)	(275.295)	-	(35.422)	239.873
Serviços	590.809	265.019	-	(735.971)	119.857	(470.952)	-	119.857	590.809
Outros	34.055	3.430	-	(32.112)	5.373	(28.682)	-	5.373	34.055
Resultado financeiro	68.010	48.045	-	(85.109)	30.946	(37.064)	-	30.946	68.010
Adiantamento a fornecedores	202.456	32.923	-	(219.219)	16.160	(186.296)	-	16.160	202.456
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	339	-	-	-	339	-	-	339	339
Máquinas e Equipamentos	34	-	-	-	34	-	-	34	34
Móveis e utensílios	75	-	-	-	75	-	-	75	75
Subtotal	1.140.658	345.492	-	(1.348.224)	137.926	(1.002.732)	-	137.926	1.140.658
Total do ativo imobilizado	1.140.658	345.492	-	(0)	1.486.150	345.492	(26.267)	1.459.883	1.140.658

A composição do intangível é como segue:

Intangível - RS Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço									
Serviços	-	2.637	-	-	2.637	2.637	-	2.637	-
Subtotal	-	2.637	-	-	2.637	2.637	-	2.637	-
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	1.009	438	-	-	1.447	438	-	1.447	257
Subtotal	1.009	438	-	-	1.447	438	-	1.447	257
Total do intangível	1.009	3.075	-	-	4.084	3.075	-	4.084	257

Depreciação:

Composição Depreciação

	2018			2017
	Taxas Anuais Médias de Depreciação	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço				
Transmissão				
Custo Histórico	3,68%	1.345.587	(26.267)	1.319.320
		1.345.587	(26.267)	1.319.320
		0		0
Em Curso				
Transmissão				
Custo Histórico	N/a	166.383	-	166.383
Administração				
Custo historico	N/a	448		448
		166.831	-	166.831

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação	
(%)	
Transmissão	
Banco de Capacitores	5,88
Barramento	2,5
Condutor	2,7
Disjuntor	3,03
Estrutura (Poste, Torre)	2,7
Transformador	3,3

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As principais transferências para o imobilizado em serviço em função da unitização (pelo critério de valor) no exercício foram:

XX

A companhia não apresentou baixas no exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

12 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Materiais	211	15.978
Serviços	348	12.389
Provisões (i)	17.056	37.420
Outros	-	22
	<u>17.615</u>	<u>65.809</u>

- (i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens, compra de equipamentos, transformadores, cabos, estruturas metálicas e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais.

13 Financiamentos

a. Abertura do endividamento

Instituição / Linha Credora	Juros de Curto Prazo	Principal de CP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Index/ Juros	Spread % a.a	Frequência Pgtto Juros	Data Próxima Amortização	Vencido Final	Frequência Amortização
Financ./Empréstimos Moeda Nacional												
BNDES Subcredito A	16.163	650.000	666.163	SIM	15/05/2018	Corporativa	TJLP	2,17%	Mensal	15/01/2019	15/09/2032	Mensal
Debentures	1.892	395.000	396.892	SIM	23/07/2018	Corporativa	IPCA	2,50%	Semestral	15/09/2019	15/03/2036	Semestral
Financ./Empréstimos Moeda Nacional	18.055	1.045.000	1.063.055									

b. Composição do endividamento e dívida líquida

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros CP	Total 2018	Total 2017
Dívida Bruta					
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	18.055	1.045.000	1.063.055	1.063.055	604.920
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	-	(67.630)	(67.630)	(67.630)	(65.868)
Dívida Líquida	18.055	977.370	995.425	995.425	539.052

Banco Itaú

Com o objetivo de financiar os custos iniciais associados com a implementação do projeto JMM, em 03 de março de 2016 a Companhia celebrou com o Banco Itaú, um contrato de Notas Promissórias onde foram emitidas “Notas Comerciais” no valor total de R\$ 75.000 a uma taxa de juros de TR mais 14,00% a.a., com data de vencimento em 26 de fevereiro de 2017.

Em 09 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Itau um novo contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$50.000 a uma taxa de juros de CDI+ 2,50% a.a com data de vencimento em 31 de outubro de 2017. Em 31 de outubro de 2017 a Companhia optou por prorrogar a dívida nas mesmas condições anteriores, com data de vencimento em 25 de maio de 2018.

Em 23 de fevereiro de 2017 a Companhia optou por prorrogar a dívida de Notas Promissórias adquiridas em 03 de março de 2016, alterando a respectiva NP para Célula de Crédito Bancário a uma taxa de juros de CDI+2,50% a.a com data de vencimento em 31 de outubro de 2017. Contudo, houve uma nova prorrogação no dia 31 de outubro de 2017 nas mesmas condições de juros anteriores, tendo seu próximo vencimento 25 de maio de 2018.

Em 20 e 24 de abril de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Itaú um novo contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$50.000 cada a uma taxa de juros de CDI+2,50% a.a com data de vencimento em 15 de dezembro de 2017. Em 15 de dezembro de 2017 a Companhia optou por prorrogar a dívida nas mesmas condições anteriores, com data de vencimento em 25 de maio de 2018.

Em 22 de junho de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Itau um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$50.000 a uma taxa de juros de CDI+2,50% a.a com data de vencimento em 15 de dezembro de 2017. Em 15 de dezembro de 2017 a Companhia optou por prorrogar a dívida nas mesmas condições anteriores, com data de vencimento em 25 de maio de 2018.

Em 26 de setembro de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Itau um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$70.000 a uma taxa de juros de CDI+2,50% a.a com data de vencimento em 25 de maio de 2018.

Em 26 de setembro de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Itau um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$20.000 a uma taxa de juros de CDI+2,50% a.a com data de vencimento em 25 de maio de 2018.

Em 15 de maio de 2018 a Companhia quitou em sua totalidade o principal e respectivos juros incidentes do contrato com o Banco Itaú.

Intesa San Paolo

Em 02 de dezembro de 2015, com o objetivo de financiar os custos iniciais associados com a implementação do Projeto, a Intesa San Paolo Brasil S.A, emitiu em benefício a Companhia Cédula de Crédito Bancário (CCB) até o limite R\$68.000, a uma taxa de juros de CDI+2,35% a.a. e com Garantia Corporativa da Dragados Industrial.

Em 03 de dezembro de 2015, o banco Intesa San Paolo S.A. desembolsou a quantia de R\$ 40.340.

Em 21 de janeiro de 2016, o banco Intesa San Paolo S.A. desembolsou a quantia de R\$ 9.220.

Em 14 de abril de 2016, o banco Intesa San Paolo S.A. desembolsou a quantia de R\$ 18.440.

Os valores devidos pela Companhia ao Banco sob a “CCB”, venceram em 31 de janeiro de 2017.

Em 31 de janeiro de 2017 a Companhia optou por prorrogar a dívida alterando a taxa de juros de CDI+2,35% para CDI+2,40% a.a com data de vencimento em 31 de outubro de 2017.

Em 31 de outubro de 2017 a Companhia optou por prorrogar a dívida alterando a taxa de juros de CDI+2,40 para CDI+2,55% a.a. com data de vencimento 29 de março de 2018.

Em 09 de março de 2018 a Companhia quitou em sua totalidade o principal e respectivos juros incidentes do contrato com o Banco Intesa San Paolo.

Deutsche Bank

Em 29 de novembro de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Deutsche Bank um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$70.000 a uma taxa de juros de CDI+2,50% a.a com data de vencimento em 27 de fevereiro de 2018.

Em 05 de março de 2018 a Companhia quitou em sua totalidade o principal e respectivos juros incidentes do contrato com o Banco Deutsche Bank.

Banco ABC

Em 21 de julho de 2017, a Companhia celebrou com o Banco ABC um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$43.000 a uma taxa de juros de CDI+3,15% a.a com data de vencimento em 17 de Janeiro de 2018.

Em 17 de abril de 2018 a Companhia quitou em sua totalidade o principal e respectivos juros incidentes do contrato com o Banco ABC.

Banco Santander

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Santander um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$50.000 a uma taxa de juros de CDI +2,50% a.a

com data de vencimento em 12 de janeiro de 2018.

Em 05 de março de 2018 a Companhia quitou em sua totalidade o principal e respectivos juros incidentes do contrato com o Banco Santander.

BNDES

Com o objetivo de liquidar todos empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto JMM, em 2018 a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas de TJLP + 2,17% mais estáveis, portando trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Há cláusula de *covenants* previsto no respectivo contrato, contudo não aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em função da fase de maturação dos projetos, sendo exigíveis apenas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	<u>31/12/2018</u>
2019	27.994
2020	30.281
2021	32.755
Após 2021	<u>575.133</u>
Total das obrigações	<u><u>666.163</u></u>

Debêntures

Com o objetivo de financiar custos associados ao Projeto JMM a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures devidamente aprovadas em 2018 mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”), sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Os Coordenadores (Bradesco) são instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente autorizados a operar no mercado de capitais, e concordaram em realizar a distribuição das debêntures junto ao público com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição. As garantias reais são outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos, pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor com o BNDES e os debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). Em 22 de maio de 2018 observou-se a liberação financeira de R\$ 395.000 conforme divulgado no quadro de composição dos financiamentos acima com o respectivo vencimento e taxa de juros aplicáveis.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulante são os seguintes:

31/12/2018

2019	35.163
2020	40.880
2021	46.452
Após 2021	290.289

Total Debêntures 412.784
(-) Custo de transação a Amortizar (15.892)

Total Líquido Debêntures 396.892

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - Em reais

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social subscrito é de R\$ 450.001, dividido em 1.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito passou a ser de R\$ 476.001, dividido em 476.001 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Durante o exercício de 2018 mediante aprovação das respectivas AGE ocorreram aportes de capital totalizando R\$ 26.000 divididos em ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Os respectivos aportes de capital foram proporcionais a participação de cada quotista, sendo 50% referente à Cymi Construções e Participações S.A. e 50% referente ao Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

Composição acionária	31/12/2018		
	Qntd Ações	%	Valor (em reais)
Quotistas			
Cymi Construções e Participações	238.000.500	50,00%	238.000.500
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	238.500.000	50,00%	238.000.500
Total	<u>476.001.000</u>	<u>100%</u>	<u>476.001.000</u>
Composição acionária	31/12/2017		
Quotistas			
Cymi Construções e Participações	225.000.500	50,00%	225.000.500
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	225.000.500	50,00%	225.000.500
Total	<u>450.001.000</u>	<u>100%</u>	<u>450.001.000</u>

b. Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os acionistas em comum acordo abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiros estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

15 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Transações	Ativo	Passivo	Resultado	
	Ativo financeiro (Contas a receber)	Fornecedores	O&M	G&A
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	86.813	0	0
Cymimasa Cons e Proj de Construção (i)	-	19.902	-	-
Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda (ii)	334	3.644	-	-
Setec Soluções Energeticas (iii)	-	-	5.463	(a) 5.717 (b)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	334	23.546	5.463	5.717

- (i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de turn key celebrado entre a Companhia e a Cymimasa.
- (ii) Saldo refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão.
- (iii) (a) Valor refere-se aos serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia;
- (b) Valor refere-se ao contrato de celebrado entre as partes de serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia.

16 Custos gerenciáveis

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(719)	(1.748)
Material	(51)	(65)
Serviços de terceiros (i)	(13.587)	(442)
Alugueis	(265)	(487)
Outras despesas	(36)	(17)
Seguros	(1.218)	-
Depreciação	(26.267)	-
	<u>(42.143)</u>	<u>(2.759)</u>

- (i) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviços de gestão empresarial, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de telecomunicações.

16.1 Pessoal

	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração	(367)	(971)
Encargos	(86)	(268)
Despesas rescisórias	(66)	(7)
Provisão férias e 13º. salário	-	(353)
Assistencia medica e odontológica	(31)	(62)
Vale alimentação	(25)	(59)
Outros	(144)	(28)
	<u>(719)</u>	<u>(1.748)</u>

17 Resultado Financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de aplicações financeiras	<u>8.572</u>	<u>-</u>
Receitas financeiras	<u>8.572</u>	<u>-</u>
Juros de empréstimos e financiamentos	(51.294)	-
Comissões	(5.728)	-
IOF de empréstimos	(281)	-
Outras despesas financeiras	(262)	-
	<u>(57.564)</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras	<u>(57.564)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(48.992)</u>	<u>-</u>

18 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a. Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito.
- (b) Risco de mercado.
- (c) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	85.071	67.039
Concessionárias e permissionárias (Nota 10)	23.598	-
	<u>108.669</u>	<u>67.039</u>

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Concessionárias e Permissionárias - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São

instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras		
CDI	67.630	65.868

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	67.630	Queda da taxa CDI	4.328	3.246	2.164
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			6,40%	4,80%	3,20%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 6,40% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI e TR em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES - Subcredito A	666.163	Aumento da TJLP	46.631	58.289	69.947
Debêntures	396.892	Aumento IPCA + 6,80	15.876	19.845	23.814
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)			7,00%	8,75%	10,50%
IPCA + 6,80%					
IPCA de Dez/18 - 3,75%			4,00%	5,00%	6,00%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 6,40% para o período, E TR médio estimado de 0,100 % de acordo com a expectativa do mercado.

Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de

comportamento empresarial.

Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Concessionárias e permissionárias

Categoria

Valor justo por meio de resultado
Custo amortizado

Passivos financeiros

Fornecedores
Empréstimos e financiamentos

Custo amortizado
Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos

instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descriativo	31/12/2018			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa	85.071	-	-	85.071
Empréstimos e financiamentos	1.063.055	-	-	1.063.055
Concessionárias e permissionárias	23.958	-	-	23.958
Total	1.172.084	-	-	1.172.084

Descriativo	31/12/2017			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa	67.039	-	-	67.039
Empréstimos e financiamentos	604.919	-	-	604.919
Total	671.958	-	-	671.958

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

19 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2018 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data Vigência	Importância Segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Risco de Engenharia	13/10/2018 a 30/06/2020	64.983	33
Responsabilidade Civil Geral	13/10/2018 a 30/06/2019	64.983	2
Riscos Operacionais	04/05/2018 a 04/05/2019	1.279.603	1.406

20 Compromissos assumidos

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

- **Contrato de EPC** - Em 27 de Março de 2015 a Cymi do Brasil Projetos e Serviços Ltda e a Cymimasa Consultoria e Projetos de Construção Ltda celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até Abril de 2018 a projeção de custos para o projeto será de R\$ 1.399.741 conforme quadro abaixo:

	2017	2018	Total
Contrato EPC	1.328.184	71.557	1.399.741

- **Contrato de O&M** - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M), gestão e administração (G&A) para as Instalações.

A remuneração G&A será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. Como a Companhia está em fase pré operacional esses valores serão pagos, conforme contrato, a partir do momento que entrar em operação que se dará em 2018.

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 6.313 por ano.

Com relação a remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da Rap pela Companhia. Como a Companhia está em fase pré operacional esses valores serão pagos conforme contrato, a partir do momento que entrar em operação que se dará em 2018.

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 6.090 por ano.

21 Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

**Transmissora Jose Maria de
Macedo de Eletricidade S.A.**
Demonstrações Contábeis
Regulatórias em 31 de dezembro de 2018

Balço Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Ativo	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	85.071	-	85.071	67.039	-	67.039
Concessionárias e permissionárias	23.598	-	23.598	-	-	-
Impostos a recuperar	3.509	-	3.509	1.017	-	1.017
Outras contas a receber	441	-	441	58	-	58
Partes relacionadas	334	-	334	-	-	-
Despesas Pagas antecipadamente	435	-	435	2	(2)	-
Ativo financeiro concessão	-	-	-	-	90.107	90.107
Ativo de Contrato	-	202.664	202.664	-	-	-
	<u>113.388</u>	<u>202.664</u>	<u>316.052</u>	<u>68.116</u>	<u>90.105</u>	<u>158.221</u>
Não Circulante						
Depósito Vinculado	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro concessão	-	-	-	-	1.221.371	1.221.371
Ativo de Contrato	-	1.898.400	1.898.400	-	-	-
Imobilizado	1.486.150	(1.485.701)	449	1.140.658	(1.140.209)	449
Intangível	4.085	(4.085)	-	1.009	(1.009)	-
	<u>1.490.235</u>	<u>408.614</u>	<u>1.898.849</u>	<u>1.141.667</u>	<u>80.153</u>	<u>1.221.820</u>
Total do Ativo	<u>1.603.623</u>	<u>611.279</u>	<u>2.214.902</u>	<u>1.209.783</u>	<u>170.258</u>	<u>1.380.041</u>
Passivo						
Passivo	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Fornecedores	17.615	-	17.615	28.389	37.420	65.809
Empréstimos e financiamentos	45.777	-	45.777	604.919	-	604.919
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	467	-	467
Obrigações fiscais	4.954	-	4.954	6.210	-	6.210
Taxas regulamentares	677	-	677	-	-	-
Partes relacionadas	23.546	-	23.546	86.813	-	86.813
Provisões	-	-	-	37.420	(37.420)	-
	<u>92.569</u>	<u>-</u>	<u>92.569</u>	<u>764.218</u>	<u>-</u>	<u>764.218</u>
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	1.017.278	-	1.017.278	-	-	-
Impostos Diferidos	-	349.476	349.476	-	144.517	144.517
	<u>1.017.278</u>	<u>349.476</u>	<u>1.366.754</u>	<u>-</u>	<u>144.517</u>	<u>144.517</u>
Patrimônio Líquido						
Capital Social	476.001	-	476.001	450.001	-	450.001
Reserva de Lucros	133.728	(133.728)	-	21.305	(21.305)	-
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(115.953)	395.531	279.578	(25.741)	47.046	21.305
	<u>493.776</u>	<u>261.803</u>	<u>755.579</u>	<u>445.565</u>	<u>25.741</u>	<u>471.306</u>
Total Patrimônio líquido	<u>493.776</u>	<u>261.803</u>	<u>755.579</u>	<u>445.565</u>	<u>25.741</u>	<u>471.306</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>1.603.623</u>	<u>611.279</u>	<u>2.214.902</u>	<u>1.209.783</u>	<u>170.258</u>	<u>1.380.041</u>

**Transmissora Jose Maria de
Macedo de Eletricidade S.A.**
Demonstrações Contábeis
Regulatórias em 31 de dezembro de 2018

Demonstrações do Resultado
Em 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida - RAP	126.966	(126.966)	-	-	-	-
Receita de Construção	-	-	-	-	1.015.015	1.015.015
Receita de operação e manutenção	-	-	-	-	-	-
Receita de remuneração do ativo financeiro	-	-	-	-	73.462	73.462
Receita de O&M - Ativo de Contrato	-	10.718	10.718	-	-	-
Remuneração do Ativo de Contrato	-	227.051	227.051	-	-	-
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	441.483	441.483	-	-	-
Outras receitas	-	(5.365)	(5.365)	-	-	-
	<u>126.966</u>	<u>546.921</u>	<u>673.887</u>	<u>-</u>	<u>1.088.477</u>	<u>1.088.477</u>
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	(12.107)	(50.227)	(62.334)	-	(100.684)	(100.684)
P&D, FNDCT e MME	(1.512)	-	(1.512)	-	-	-
Receita operacional líquida	113.347	496.694	610.041	-	987.793	987.793
Custo de Construção	-	(327.157)	(327.157)	-	(890.676)	(890.676)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	113.347	169.537	282.884	-	97.117	97.117
Custos gerenciáveis parcela "B"						
Pessoal	(719)	-	(719)	(1.748)	-	(1.748)
Material	(51)	-	(51)	(65)	-	(65)
Serviços de terceiros	(13.587)	-	(13.587)	(442)	-	(442)
Aluguéis	(265)	-	(265)	(487)	-	(487)
Outras despesas	(36)	-	(36)	(17)	-	(17)
Seguros	(1.218)	-	(1.218)	-	-	-
Despesas com depreciação	(26.267)	26.267	-	-	-	-
	<u>(42.143)</u>	<u>26.267</u>	<u>(15.876)</u>	<u>(2.759)</u>	<u>-</u>	<u>(2.759)</u>
Resultado da atividade de concessão	71.204	195.804	267.008	(2.759)	97.117	94.358
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	8.572	1.239	9.811	-	3.141	3.141
Despesas financeiras	(57.564)	(48.917)	(106.481)	-	(51.489)	(51.489)
	<u>(48.992)</u>	<u>(47.678)</u>	<u>(96.670)</u>	<u>-</u>	<u>(48.348)</u>	<u>(48.348)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	22.212	148.126	170.338	(2.759)	48.769	46.010
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(57.914)	(57.914)	-	(15.644)	(15.644)
Prejuízo do exercício	22.212	90.212	112.424	(2.759)	33.125	30.366

a. Ativo financeiro

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas conforme os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas e a interpretação ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (i) parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- (ii) parcela remanescente (valor residual) será classificada como um ativo financeiro em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público com direito incondicional de receber caixa em função da inexistência de riscos de crédito e demanda.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores durante o prazo da concessão; e
- (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, sendo esta parcela a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

b. Ativo de Contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno (“TIR”) de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

c. Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste 19. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

d. Impostos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 19, os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo PIS e COFINS diferidos e IRPJ e CSLL diferidos.

21.1 Patrimônio líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido societário	755.579	471.307
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro	-	(1.311.478)
Ativo de Contrato	(2.101.064)	-
Imobilizado e intangível	1.489.786	1.141.218
impostos diferidos	349.476	144.517
Patrimônio líquido regulatório	493.777	445.564

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

a. Receita e Custo de Construção

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do ICPC 01 está demonstrada a seguir:

	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida - RAP	126.966	(126.966)	-	-	-	-
Receita de Construção	-	-	-	-	1.015.015	1.015.015
Receita de remuneração do ativo financeiro	-	-	-	-	73.462	73.462
Receita de O&M - Ativo de Contrato	-	10.718	10.718	-	-	-
Remuneração do Ativo de Contrato	-	227.051	227.051	-	-	-
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	441.483	441.483	-	-	-
Outras receitas	-	(5.365)	(5.365)	-	-	-
	126.966	546.921	673.887	-	1.088.477	1.088.477

Deduções da receita operacional

Pis e Cofins	(12.107)	(50.227)	(62.334)	-	(100.684)	(100.684)
P&D, FNDCT e MME	(1.512)	-	(1.512)	-	-	-
Receita operacional líquida	113.347	496.694	610.041	-	987.793	987.793
Custo de Construção	-	(327.157)	(327.157)	-	(890.676)	(890.676)

b. Resultado financeiro

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do ICPC 01 e outros está demonstrada a seguir:

Ajustes ICPC 01

Encargos sobre empréstimos em empreendimentos em construção

Em 31 de dezembro de 2018 houve ajuste no montante de R\$ 47.678 referente aos encargos financeiros sobre empréstimos vinculados ao empreendimento em construção. No contexto regulatório são considerados como imobilizado e em contra partida no contexto societário, por força do ICPC01, são considerados ativos financeiros.

As receitas de aplicações financeiras também foram reconhecidas no resultado financeiro para fins societários.

A Companhia encontra-se em fase pré operacional, por isso para fins regulatórios esses custos são capitalizados.

21.2 Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins regulatórios os ajustes ocorreram pois a Companhia encontra-se em fase pré operacional, por isso o valor do imposto corrente sobre a receita financeira foi capitalizado.

21.3 Lucro/Prejuízo líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício societário	(112.423)	(30.366)
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Receita	546.921	1.088.477
Pis/ Cofins	(50.227)	(100.684)
Custo de Construção	(327.157)	(890.676)
Despesa de Depreciação	26.267	-
Resultado financeiro	(47.678)	(48.348)
IR/ CS Diferidos e correntes	<u>(57.915)</u>	<u>(15.644)</u>
prejuízo do exercício regulatório	22.212	(2.759)

Atualização do ativo financeiro da concessão, Receita de Construção (ICPC 01)

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo financeiro, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos da ICPC 01 (R1).

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de Construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro

Os efeitos do pronunciamento técnico CPC 20, que diz que os custos do empréstimos não são elegíveis de capitalização foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.